



Ata da 388ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 27 de maio de 2020.

Realizou-se no dia 27 de maio de 2020, às 09h00, por videoconferência, a 388ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente transmitida do Plenário Prof. Paulo Nogueira-Neto (CONSEMA), Prédio 6 da SIMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Eduardo Trani**, Subsecretário de Meio Ambiente e suplente do Presidente do CONSEMA, **Alan Perina Romão (CREA/SP)**, **Ana Cristina Fernandes Clemente (ST/SP)**, **Anícia Aparecida Baptista Pio (FIESP)**, **Anna Carolina Seni Peito Macedo Casagrande (PGE)**, **Antônio Cesar Simão (APM)**, **Claudia Ehlers Kerber (Terra Viva)**, **Claudio Scalli (ANAMMA/SP)**, **Denise Crocce Romano Espinosa (USP/SP)**, **Denise Piccirillo Barbosa da Veiga (SS/SP)**, **Domenico Tremaroli (SIMA/Cetesb)**, **Gil Kuchembuck Scatena (SIMA/CPLA)**, **Gláucio Attorre Penna (SIMA/SI)**, **Juliana Augusto Cardoso (SAA/SP)**, **Cap. PM Júlio Cesar Araújo da Silva (SSP-CPAmb)**, **Karina Sayuri Sataka Bugarin (SDE/SP)**, **Luiz Eduardo Corrêa Lima (SESBRA)**, **Marcos Galvão Whitaker de Assumpção (SH/SP)**, **Maria de Lourdes Rocha “Malu” Freire (SIMA/CEA)**, **Martha Martins de Moraes (VALE DO ARACATU)**, **Patrícia Nunes Lima Bianchi (OIKOS)**, **Paulo Nelson do Rego (Educa Brasil)**, **Rafael Frigério (SIMA/CFB)**, **Rafaela Di Fonzo Oliveira (SIMA/CPP)**, **Rodrigo Levkovicz (SIMA/FF)**, **Rodrigo Sanches Garcia (MP/SP)**, **Ronaldo Severo Ramos (FAESP)**, **Sandra Mara Pretini Medaglia (OAB/SP)**, **Simone Aparecida Vieira (UNICAMP/SP)**, **Valéria Rossi Domingos (SCEC/SP)**, **Vilázio Lélis Junior (PROAM)**, **Violeta Saldanha Kubrusly (CAU/SP)**, **Viviane Moschini Carlos (UNESP/SP)**, **Wanderley da Silva Paganini (ABES/SP)**. **Constavam do Expediente Preliminar:** 1) Aprovação da ata da 386ª Reunião Ordinária do Plenário; 2) Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3) Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. **Constavam da Ordem do Dia:** 1) Apreciação do “**Projeto de Concessão de Uso do Caminhos do Mar, no Núcleo Itutinga-Pilões do Parque Estadual Serra do Mar**”, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Proc. SIMA.008313/2020-02). 2) Apresentação da “**Política Energética do Estado de São Paulo e as ações da SIMA no contexto de transição para as energias renováveis**”. O **Secretário-Executivo do CONSEMA Anselmo Guimarães** saudou a todos e, após proceder a verificação do quórum para instalação da reunião, deu por aberto os trabalhos. Esclareceu que, em virtude das recomendações e cuidados frente ao controle e combate à pandemia do Covid-19 (Novo Coronavírus), consonante às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, aquela reunião ocorreria por meio virtual, por meio de videoconferência. O **Secretário-Executivo** submeteu à aprovação a Ata da 386ª Reunião Ordinária do Plenário que, dispensada de sua leitura, foi aprovada nos termos regimentais. Passou-se às Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva. O **Secretário-Executivo** informou o sucesso na realização das audiências públicas, em 07 e 12 de maio, por maneira virtual e com transmissão ao vivo pela página eletrônica da SIMA. Destacou que os trabalhos contaram com o apoio das equipes da Secretaria-Executiva do CONSEMA, técnicos de TI da SIMA e Prodesp, da Fundação Florestal, Instituto Botânico, Zoológico, Secretaria de Governo e, com o aval da Procuradoria Geral do Estado e a diligência do Gabinete da SIMA. Registrhou que, nesses 37 anos de História do CONSEMA, essas foram as primeiras audiências realizadas em meio virtual e, esse ineditismo, não poderia ser consolidado, sem a determinação e ponderação de seu Presidente, Marcos Penido e do Subsecretário, Eduardo Trani, da assessora Roberta Buendia e do apoio dos conselheiros. A todos os que mencionou e aos que participaram dessa inovadora empreitada dirigiu seus agradecimentos. **Eduardo Trani**, Presidente em exercício saudou, deu boas-vindas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

e informou que o Presidente do CONSEMA, Marcos Penido participava, naquele momento de outro compromisso, mas, ainda sim, na medida do possível, tentaria ingressar na reunião. Refletiu sobre o momento bastante sensível pelo qual passa a sociedade especialmente com relação à proteção, conservação e gestão ambiental, temáticas relacionadas aos trabalhos desenvolvidos pelo conjunto de órgãos reunidos na SIMA. Ao longo desse período, seguindo as orientações do Governador, o Secretário assegurou, com determinação, a continuidade dos trabalhos na SIMA e, para tanto, o CONSEMA prosseguiu com a realização de sua terceira reunião virtual. Reiterou que, a despeito de todas as dificuldades a SIMA prossegue em suas ações de maneira célere e contínua. Agradeceu aos colegas da SIMA, em especial, o conselheiro Gláucio Attorre, Subsecretário de Infraestrutura e Domenico Tremaroli, Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental, e conselheiro suplente da conselheira Patrícia Iglecias, Presidente da Cetesb. Relatou que, na semana anterior, foi apresentado ao Governador um longo e detalhado relato das atividades que estão em curso na Sabesp, DAEE, EMAE, CETESB e, demais órgãos que compõem a SIMA. Enfatizou, portanto, que prosseguem, em franca atividade, os serviços de licenciamento, fiscalização, atendimento ao cidadão e demandas dos municípios, por meio dos trabalhos diligentes da Cetesb, Sabesp e demais órgãos do Sistema Ambiental. Enfatizou que naquele dia, 27 de maio, estavam sendo conduzidas pela SIMA uma série de comemorações pelo “Dia da Mata Atlântica”, por meio de encontros virtuais, para os quais, foram encaminhados vários convites aos conselheiros. Destacou que, a reunião, promovida pela SOS Mata Atlântica, contará com a presença do Secretário, Marcos Penido e mais 17 Secretários de Meio Ambiente das várias regiões do bioma da Mata Atlântica, oportunidade na qual serão relatadas as principais ações conjuntas realizadas pelos Estados, em prol da sustentabilidade desse importante Bioma. Relatou que, nos últimos meses, a SIMA recebeu diversas manifestações expondo preocupações quanto a proteção e a aplicação da Lei da Mata Atlântica do Estado de São Paulo. Com respeito a esse assunto garantiu, de forma enfática, que as áreas de licenciamento e de fiscalização da SIMA aplicam a legislação da Mata Atlântica, rigorosamente. Relatou, ainda sim, que o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal recomendaram que nenhum tipo de liberalidade deve ser permitido na aplicação dos instrumentos de proteção e dos dispositivos da Lei da Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Frisou, ainda, que inexiste reivindicação do setor produtivo do agronegócio para não aplicação da Lei da Mata Atlântica e garantiu que todos os investimentos públicos e compromissos de compensação ambiental são realizados estritamente de acordo com a norma legal, sem grandes conflitos. Afirmou que o Estado de São Paulo dessa mesma forma se posicionou, no Conselho em que se reúnem o Governador e conselheiros da sociedade civil, no qual foi promovida uma ação coordenada de apoio ao que resta da Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Na sequência, passou ao relato de alguns dos principais eventos sobre a Mata Atlântica realizados pela Secretaria e que contaram com a participação dos conselheiros do CONSEMA, sobre o qual segue um resumo esquemático: (i) *BIO2020*: reunião preparatória para a COP15 realizada em parceria com ONGs e sediada pela SIMA/Cetesb, na qual foram discutidas as perspectivas brasileiras de biodiversidade pós 2020 e elaborada a *Carta São Paulo* com a renovação dos compromissos de conservação Global da Diversidade Biológica; (ii) *Conexão Mata Atlântica*: ação conjunta dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, para aplicação de pagamentos por serviços ambientais. Detalhou que os trabalhos estão em fase adiantada sobretudo com a titulação de 200 produtores da região do Vale do Paraíba, pela adoção de boas práticas e proteção aos serviços sistêmicos que resultaram em elevação do nível de produção agropecuária e de produtos orgânicos; (iii) *Programa Nascentes*: informou que as metas estabelecidas, em 2015, foram atingidas em maio, com a restauração de 20 mil ha de áreas, em parceria com ONGs, Prefeituras e proprietários de áreas. Ressaltou a importância desses resultados para a preservação de todos os biomas, em especial, a Mata Atlântica. Antecipou que a SIMA, em breve,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

anunciará as metas estabelecidas para os próximos cinco anos. (iv) *Programa de Alfabetização Ambiental:* em 2019, crianças do segundo ano do ensino fundamental plantaram mais de 30 mil mudas, em momento escolar que aprendem a identificar os biomas existentes em suas regiões. Dentre as muitas ações realizadas lembrou ainda que, por meio da Fundação Florestal, o Estado ganhou sua centésima RPPN, a RPPN Voturussu, em Santana do Parnaíba. Mencionou a importantíssima Deliberação do CONSEMA que normatizou a implantação dos corredores ecológicos no Estado de São Paulo. Anunciou que o Comitê de Plano de Manejo estabeleceu a prioridade de elaborar o Plano de Manejo do MOJAC, constituído pelo Mosaico de Jacupiranga, composto por 14 Unidades de Conservação, no Vale do Ribeira. Prosseguiu o relato pontuando outras ações realizadas na SIMA. Informou sobre a importante iniciativa da Fundação Florestal de definir regras para a realização de turismo na Ilha das Couves, localizada no Litoral Norte, de forma a impedir a degradação de ambientes marinhos insulares e da Mata Atlântica. Relatou que o “8º Simpósio de Restauração Ecológica”, realizado nesse ano pelo Instituto de Botânica, contou com mais de mil participantes. Destacou que a SIMA disponibilizou tablets e drones para as atividades de fiscalização conduzidas pela Polícia Ambiental. Informou sobre as atividades da Operação Corta-Fogo e informou que, em 2019 constatou-se o menor número de focos de incêndio dos últimos anos, muito devido as medidas preventivas adotadas, em 2017 e 2018, pela Polícia Ambiental, Fundação Florestal, Instituto Florestal, sociedade civil e prefeituras e pela destinação de recursos da Câmara de Compensação Ambiental. Anunciou que no segundo semestre, seria entregue a sociedade, mais um Zoneamento Ecológico e Econômico. Esclareceu que essa breve exposição, embora circunscrita a algumas das ações empreendidas pelo Sistema Ambiental demonstram a diligência de seus trabalhos e o respeito a aplicação dos preceitos da Lei da Mata Atlântica. Passou-se aos Assuntos Gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. A conselheira **Patrícia Bianchi** informou sobre o conteúdo do Ofício que encaminhou para a Secretaria-Executiva do CONSEMA que reúne informações sobre as dificuldades pelas quais passam os moradores da comunidade de Paraisópolis, no enfrentamento da pandemia da COVID-19. Informou que o coletivo de entidades ambientalistas do qual participa encara o assunto com muita preocupação pelo nível de vulnerabilidade dessa comunidade, localizada na Zona Sul de São Paulo. Dentre os problemas que enfrentam apontou as dificuldades de permanecerem em isolamento social, principalmente as pessoas com doenças preexistentes, principalmente, em razão das famílias serem numerosas e residem em espaços muito pequenos. Além disso, informou sobre as dificuldades de instalação das caixas d’água fornecidas pelo Governo e a ocorrência diária de interrupção no fornecimento de água. Diante disso, a conselheira solicitou a inclusão desse assunto na pauta de discussões do CONSEMA. O **Secretário-Executivo** passou a leitura da manifestação encaminhada pelo conselheiro **Vilázio Lellis**: “*Ontem, 26 de maio de 2020, foi divulgado o relatório anual de desmatamento pela plataforma MapBiomas revelando um estado crítico nos biomas Amazônico e Cerrado, mas também, em todas as unidades da Federação. Foi constatado um alto nível de desmatamento no Estado de São Paulo, 54 pontos somando 369 hectares. Quero lembrar da questão do desmatamento em áreas de Mananciais e na região metropolitana de São Paulo, já anunciadas neste Conselho, mas que persistem; das propostas do Ministério do Meio Ambiente para flexibilizar a legislação com riscos de impactos diretos na Mata Atlântica e; da necessidade de avançarmos em relação à tecnologia de monitoramento empregado no Estado, que não é tão avançada quanto é empregada para o monitoramento da região Amazônica*”. O conselheiro **Luiz Eduardo** trouxe uma solicitação de Fabrício Gandini, do Instituto Maramar, para que lhe sejam encaminhadas a ata da reunião 10 de março, na reunião da CTBio, e a minuta do Plano de Manejo da APA Marinha Litoral Norte. O conselheiro **Simão** parabenizou a coordenação nacional de governadores e prefeitos pela manutenção do isolamento social, mesmo sob forte a pressão econômica para o retorno das atividades. Defendeu que o distanciamento é,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

atualmente, o único remédio existente para enfrentar dessa doença que atinge a todos, independentemente de classe social ou nível de poder. Elogiou a forma pela qual as questões ambientais são conduzidas no Estado de São Paulo, no CONSEMA e na Cetesb, que foram tão bem apresentadas por Eduardo Trani, Subsecretário de Meio Ambiente. Rebateu as ações predatórias e invasões que vem ocorrendo em áreas da Amazônia, por aqueles que se aproveitam desse período de pandemia e repudiou as colocações feitas por Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos feitas, em recente reunião ministerial, ocasião na qual, evocou uma futura operação para prender prefeitos. O conselheiro **Claudio Scalli**, em nome da ANAMMA, parabenizou a SIMA e o Subsecretário de Meio Ambiente, Eduardo Trani pelo mapeamento dos níveis de preservação ambiental da cobertura vegetal, por meio do qual, é possível observar que no Estado de São Paulo houve a menor redução da cobertura vegetal nativa de Mata Atlântica, em comparação a outros Estados. O conselheiro reiterou as solicitações de repasse da TCFA - Taxa de Conservação e Fiscalização Ambiental para os municípios, e de instituição de Comissão com o objetivo de proceder a continuidade dos trabalhos de revisão da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01 de 2018, especialmente, quanto à obrigatoriedade de obtenção de anuência da Cetesb para supressão de vegetação, no âmbito do licenciamento municipal. Na sequência, apresentou a solicitação dos municípios certificados com Selo Verde Azul para que se abra um canal para discutir os critérios de premiação, divulgação e de distribuição dos recursos do FECOP. A conselheira **Martha Moraes** parabenizou a todos e todas pelos esforços e trabalhos dedicados à preservação da Mata Atlântica e, consequente, saudável convivência no Planeta. Na sequência, passou a leitura integral da nota de repúdio e indignação, emitida pela Associação dos Amigos do Vale do Aracatu, contra recentes declarações feitas pelo atual ministro do Meio Ambiente: *“Botucatu, 27 de maio de 2020. Nota de repúdio. A Associação dos Amigos do Vale do Aracatu repudia veementemente as declarações do Sr. Ministro Ricardo Salles na reunião ministerial divulgada em rede nacional no dia 22 de maio de 2020. O aproveitamento do momento pandêmico, em que a maioria dos segmentos da nossa sociedade tem a atenção voltada para o enfrentamento da maior crise sanitária dos últimos cem anos, para deixar “a boiada passar” e aprovar sorrateiramente uma “baciada” de reformas infralegais de desregulamentação e simplificação das leis ambientais é, no mínimo, uma atitude vil e abjeta. A julgar pelo exemplo citado pelo próprio ministro, acerca da simplificação da Lei da Mata Atlântica, essas normas revelam-se aparentemente ilegais e anti-ambientais constituindo uma afronta aos preceitos legais que asseguram um meio ambiente saudável para esta e para as próximas gerações. Simplificações e desburocratizações não podem violentar o meio ambiente acintosamente, e nem podem ser feitas sem a participação da sociedade civil e dos governos de estado, quer no CONAMA quer nos CONSEMAS, como é o nosso caso. Neste contexto registramos publicamente neste Conselho a nossa indignação e o nosso repúdio a tais declarações e ações que vem sendo realizadas pelo atual Ministério do Meio Ambiente. Martha Moraes (Representante da AAVA no CONSEMA)”*. A conselheira informou que também irá encaminhar essa nota de repúdio aos conselheiros do CONDEMA de Botucatu. O conselheiro **Paulo Nelson** comemorou o “Dia da Mata Atlântica” e demonstrou sua concordância com o teor da manifestação do Subsecretário de Meio Ambiente, Eduardo Trani, na abertura da reunião. No sentido oposto, expressou a indignação do colegiado do Litoral Norte pela postura do atual Ministro do Meio Ambiente e endossou a nota de repúdio apresentada pela conselheira que o antecedeu. Em segundo, remetendo-se a uma recente apresentação da Coordenadoria de Educação Ambiental acerca do CadEA - Cadastro das Entidades Ambientalistas, tendo sido o mesmo informado que haveria uma revisão da Resolução SMA nº 38/2016, questionou se haveria a possibilidade de encaminhamento de proposições para tal revisão. Na sequência, questionou a regularização fundiária em áreas do Parque Serra do Mar e reafirmou a necessidade da SIMA/Fundação Florestal, em conjunto com a Secretaria de Abastecimento e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Agricultura, atual responsável pelas regularizações, propondo que se estabeleçam marcos georreferenciados para viabilizar as doações de áreas particulares na Mata Atlântica. Para debater o assunto, sugeriu o agendamento de reunião com o Diretor-Executivo da FF, o conselheiro Rodrigo Levkovicz. Informou ainda o Plenário sobre o evento *on line*, que ocorreria naquela tarde, com o objetivo de discutir o saneamento no meio rural e, por fim, ao considerar os problemas provenientes da pandemia, indagou sobre os critérios de suspensão dos prazos processuais adotados pela Cetesb. O conselheiro **Gláucio Penna**, com relação ao Ofício encaminhado pela conselheira Patrícia Bianchi, antecipou que levantaria as informações necessárias junto à Sabesp, antes de apresentar os esclarecimentos em Plenária. Afirmou, contudo, que o Secretário Marcos Penido, por intermédio do Fórum Nacional de Energia, do qual é Presidente, buscou frente às concessionárias e distribuidoras de energia a adoção da isenção tarifária e tratamento diferenciado para famílias vulneráveis. Os esforços impediram o corte de fornecimento de energia pela ANEEL e junto à ARSESP por meio do Decreto 64879/2020 obteve a isenção de tarifa para as famílias socialmente vulneráveis e comunidades carentes, inclusive para Paraisópolis, durante o período de pandemia. O conselheiro **Rodrigo Sanches Garcia** informou sobre a tramitação de ação movida pelo Ministério Público de São Paulo para que as áreas mais vulneráveis fossem atendidas pelo Governo do Estado e a Sabesp. O Presidente em exercício **Eduardo Trani** asseverou que as demandas apresentadas serão atendidas pela SIMA e, comentou sobre a experiência adquirida por ele e o Secretário da SIMA, ao longo dos 30 anos de trabalhos com comunidades carentes. Concordou que as condições de saneamento e salubridade em comunidades, são as que mais preocupam especialistas que conhecem essa realidade, dentre eles, citou a conselheira Violeta Kubrusly e o conselheiro Gláucio Penna. Informou, a intensa dinâmica que domina a sala de contingência do Palácio do Governo onde são estabelecidas ações diárias de proteção e combate à pandemia do COVID-19, que incluem o apoio social as comunidades vulneráveis. Relatou que esse trabalho do Governo do Estado envolve equipes de especialistas dos mais diversos órgãos e instituições, tais como, Secretaria da Saúde, da Polícia e Defesa Civil, de Desenvolvimento Social e do IPT. Reiterou que as medidas de proteção adotadas pela SIMA na área de infraestrutura serão devidamente relatadas no CONSEMA. Versou sobre a distribuição da Mata Atlântica no Estado de São Paulo e importância, denominados *hotspots*, notadamente, próximos a áreas urbanas. Informou sobre a renovação pelo Governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo do Convênio para a Operação Integrada Defesa das Águas – OIDA. Informou que esse Convênio, tem seu comitê sediado na SIMA e conta com a participação da Defesa Civil e da Polícia Ambiental, capitaneados pelo Coronel Camilo e o Coronel Motoóka. Explicou que o OIDA adota o modelo de fiscalização integrada para as áreas de borda de grandes fragmentos de Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Anunciou que o novo Inventário Florestal do Estado será concluído e lançado até julho desse ano e afirmou que a atualização fornecerá subsídios para o controle também de florestas em áreas urbanas e rurais. Nesse sentido, vislumbrou o enorme ganho que terão nos próximos anos os programas de regularização e restauração ambiental do Estado. Em resposta ao conselheiro Luiz Eduardo, o conselheiro **Gil Scatena** disse que providenciará o encaminhamento dos documentos solicitados. Refutou que o processo de análise técnica do assunto tenha sofrido os prejuízos alegados pelo Instituto Maramar, uma vez que as discussões realizadas contaram com a participação de membros representantes da comunidade local, em especial de pescadores. Embora as discussões da CTBio estivessem momentaneamente paralisadas devido à pandemia, informou sobre a possibilidade de continuação por meio de reuniões virtuais, observando-se, para tanto, que sejam garantidas a ampla participação e o atendimento aos procedimentos de segurança e de proteção à pandemia. O **Presidente** em exercício agradeceu as importantes colocações reflexivas feitas pelo conselheiro Simão e pela organização na apresentação das demandas pelo conselheiro Claudio Scalli. Esclareceu que a Deliberação Normativa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

CONSEMA nº 01 de 2018 encontrava-se em análise na Comissão de revisão da legislação ambiental da SIMA, a qual preside. Informou que a revisão da minuta se encontrava em fase adiantada para ser discutida com a ANAMMA e APM. Quanto aos repasses dos valores do TCFA solicitou aos municípios que aguardem a efetivação dos procedimentos pelo Estado. Disse que encaminharia à coordenação do FECOP a demanda relacionada ao repasse de recursos aos municípios. Com relação à premiação do PMVA informou que a maioria dos municípios concordam com os critérios adotados, mas que acabara de encaminhar a solicitação ao Coordenador do Programa, José Walter, para discutir o assunto com o conselheiro Claudio Scalli. Por fim, agradeceu à conselheira Martha Morais pela Moção e solicitou que a conselheira Malu Freire e o conselheiro Rodrigo Levkovicz ofertassem esclarecimentos sobre a revisão Resolução SMA nº 38/16 e o processo de regularização fundiária, respectivamente. A conselheira **Malu Freire** esclareceu que a necessidade de proceder a revisão Resolução SMA nº 38/16 deve-se à mudança no prazo de validade do certificado do imposto ITCMD, alterado de um para três anos. Informou sobre a intenção de que a discussão seja feita em processo participativo, ficando a mesma à disposição para recepcionar as sugestões. O conselheiro **Rodrigo Levkovicz** enfatizou o interesse da SIMA que o processo de regularização fundiária avance. Em que pese a existência de sistemáticas para a aplicação da compensação ambiental em reserva legal, tanto no âmbito do Código Florestal, quanto no licenciamento ambiental, colocou-se aberto a recepcionar contribuições que visem o aprimoramento e, para tanto, sugeriu o melhor período para agendar uma reunião. Passou-se à apresentação do primeiro ponto da Ordem do dia, qual seja, a apreciação do “**Projeto de Concessão de Uso do Caminhos do Mar, no Núcleo Itutinga-Pilões do Parque Estadual Serra do Mar**”, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Proc. SIMA.008313/2020-02). O Diretor-Executivo da Fundação Florestal, conselheiro **Rodrigo Levkovicz** agradeceu aos membros da SIMA pelo desenvolvimento do projeto, da mesma forma, as contribuições da Secretaria de Governo, Procuradoria Geral do Estado, EMAE e, Secretaria de Logística e Transportes. Informou que o projeto de Concessão Caminhos do Mar foi pautado mediante as seguintes premissas de Governo: (i) Promover sinergia entre lazer, educação e conservação ambiental; (ii) Aprimorar a qualidade e diversidade dos serviços prestados, fomentando a visitação; (iii) Conciliar a conservação ambiental com a geração de receitas; (iv) Transformar o Estado de São Paulo em um destino ambiental marcante; e (v) Desonerar os cofres públicos de custos de operação e manutenção. Afirma que as modalidades de concessão, permissão e autorização de uso, cada qual em aplicação específica, são muito importantes para viabilizar a prestação de serviços públicos em unidades de conservação. Nesse contexto, lembrou que a SIMA é o órgão Central responsável por executar políticas ambientais sendo constituído por diversas Coordenadorias, Institutos e Fundações, dentre elas, a Fundação Florestal. Detalhou, que a Fundação Florestal é responsável pela gestão de 102 UCs do Estado, sendo 53 delas Unidades de Proteção Integral, 34 parques (919.695,40 ha) e 49 Unidades de Conservação de Uso Sustentável (2.310.235,65 ha). Explicou que o uso público consome muitos recursos das equipes técnicas, sendo necessário transferir alguns serviços para a iniciativa privada, de forma que as equipes da SIMA possam concentrar seus esforços e tempo preponderantemente na gestão das UCs e ações de proteção da biodiversidade. Na Concessão de Uso Públicos esclareceu que são mantidas todas as atribuições da SIMA e da FF relacionadas a gestão da Unidade Conservação e a fiscalização da execução do contrato em conjunto com o poder concedente. Informou que a concessão Caminhos do Mar tem por objetivo oferecer atividades de visitação pública, recreação, educação ambiental e ecoturismo no trecho de Serra que compõe a Estrada Velha de Santos, localizado no Núcleo Itutinga-Pilões do Parque Estadual da Serra do Mar. Informou que a área abriga o precioso patrimônio ambiental da Mata Atlântica, além de um conjunto de monumentos históricos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tombados, construídos em 1922, os quais passou a descrever com auxílio da projeção de fotos. Reiterou que o uso público de uma unidade de conservação consiste em visitação com finalidade educativa, recreativa, esportiva, turística, histórico-cultural, pedagógica, artística, científica e de interpretação e conscientização ambiental. Para o cumprimento desses fins serão utilizadas as infraestruturas e equipamentos disponíveis, respeitando-se os critérios descritos no respectivo plano de manejo da unidade. Informou que, após reformulações, o contexto da operação de visitação deve obedecer os seguintes critérios: (i) Abertura das visitas no período de quarta-feira à domingo; (ii) Aquisição de ingressos pelo site de vendas *online*, até um dia antes e a compra direta na bilheteira no local; (iii) Disponibilização de passeios autoguiados por monitores, em locais pré-determinados (Portal de entrada SBC, Centro de Atendimento ao Visitante – SBC, Casa de Visitas do Alto da Serra, Pouso Paranapiacaba e Rancho da Maioridade). Por meio da projeção de gráfico e tabela, apresentou o histórico de visitação à UC, no período de 2016 (13.784 visitantes) a 2019 (17.338 visitantes) e do primeiro trimestre de 2020. Evidenciou que o histórico de visitação encontra-se abaixo do potencial devido a alguns fatores que precisam ser aprimorados e implementados destacadamente: promover a abertura ao público mais dias da semana; ampliar a diversidade de atividades disponíveis; implementar os serviços prestados, dentre eles, o de alimentação; melhorar e implementar as estruturas de suporte e atendimento ao visitante; elevar o número de monitores; implementar a estrutura de acesso pela Baixada Santista; restaurar os Monumentos; e promover a divulgação do parque. Nesse contexto, esclareceu que a concessão de uso referente ao Caminhos do Mar visa delegar à iniciativa privada as atividades de promoção de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área de visitação. Com auxílio da projeção de mapa informou a localização e delimitação da área total da concessão (31,5ha), correspondente a 0,72% da área total do Núcleo Itutinga Pilões (43.800ha). Apresentou os investimentos mínimos a serem realizados pelo concedentes nos primeiros três anos, que correspondem à implantação de portarias e bilheterias; readequação do estacionamento; implantação de tirolesa; adequação de trilhas; reforma da casa de visitas e implementação de loja de serviços e serviço de alimentação. Ofertou detalhes sobre encargos respectivos a gestão, visitação, integração local, conhecimento, infraestrutura, reforma das edificações e restauro de bens tombados. Com relação ao restauro dos monumentos abordou os principais pontos dos termos do restauro e informou que os projetos executivos das obras já foram aprovados pelo CONSEPHAAT e os critérios estipulados pelo órgão deverão ser plenamente atendidos. Esclareceu que parte dos recursos destinados a execução do projeto de restauro foram aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental e informou que o montante a ser disponibilizado pelo Poder Concedente não poderá exceder o valor de R\$ 4.251.853,45 e ofertou o fluxo da outorga fixa e dos valores de restauro. Informou os principais objetivos de restauro do Pouso do Paranapiacaba, Rancho da Maioridade, Ruínas e dos monumentos (Belvedere Circular, Pontilhão Raiz da Serra, Monumento do Pico, Padrão Lorena, Cruzeiro Quinhentista e Calçada do Lorena). Apresentou os principais elementos da Previsão de Demanda anual de visitação para 30 anos, elaborado com apoio da Secretaria de Governo e o SEMEA e informou o endereço de acesso ao relatório econômico-financeiro. A seguir, discorreu sobre o estudo de demanda elaborado de forma independente cujos resultados demonstram que o desenvolvimento do potencial do Caminhos do Mar depende da realização de investimentos e implantação de serviços adequados; e que é possível atingir esse potencial, desde que respeitado os critérios estipulados no Plano de Manejo e no Programa de Monitoramento de Impacto a Visitação. Informou o caminho de acesso ao conteúdo integral do Estudo Independente de Potencial de Mercado. Ao ofertar o detalhamento da Política de Preços informou que a Concessionária terá liberdade de definir o valor do ingresso, desde que garanta os critério de isenção tarifária, meia entrada e de isenção tarifária em um domingo por trimestre, para os grupos previamente definidos, os quais



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

apresentou com auxílio da projeção de tabela, que inclui estudantes, escolas e beneficiários do bolsa família ou programa de renda equivalente. A seguir, passou ao detalhamento dos indicadores de desempenho a serem aplicados para mensurar os respectivos serviços, agrupados nas modalidades de: gestão manutenção, visitação e integração local. Forneceu, concomitantemente, a periodicidade de avaliação e respectivos pesos a serem adotados para os respectivos indicadores e destacou que, a depender do desempenho, os resultados alcançados poderão impactar de 0,2 a 1% da receita da concessionária. Por fim, apresentou exemplos das atividades consideradas no cenário base da modelagem do projeto. Passou-se à discussão. O conselheiro **Marcos Assumpção** parabenizou a FF pelo exitoso projeto e sugeriu seja incluída, na listagem de Legislação e Normas do item 4, anexo 3 do caderno de engenharia, a Resolução SC nº 40 de 06 de junho de 1985, da Secretaria da Cultura que trata do tombamento da Serra do Mar pelo CONDEPHAAT, prestes a completar 45 anos. O conselheiro **Simão** afirmou que, embora se considere “*meio anti-privatizante*”, reconhecia a importância desse magnífico projeto que concede atividades possíveis de serem conduzidas pela iniciativa privada. Questionou como a SIMA irá proceder a fiscalização e punição da concessionária, caso se demonstre incapaz de evidenciar algum tipo de depredação ou desmatamento. Em segundo, questionou se as ações para garantir a segurança dos frequentadores continuarão sob responsabilidade do Estado. O conselheiro **Rodrigo Garcia** questionou se a minuta da Resolução conjunta SIMA/SLT que ainda será incluída do anexo 6, conforme indicado no próprio anexo, será submetida à apreciação do CONSEMA. O conselheiro **Claudio Scalli** afirmou tratar-se de um trabalho muito bem feito e solicitou seja mantido o nível de excelência na execução dos serviços. Referindo-se à influência que essa concessão exercerá sobre os municípios de Cubatão, Santo André e São Bernardo questionou a ausência das manifestações dos dois últimos municípios. Considerando a excelência dos municípios de Santo André e São Bernardo em matéria de Educação Ambiental indicou a ausência de menção de parcerias com esses municípios. Considerou insuficiente a periodicidade na qual se propõem a isenção de tarifa para escolas e beneficiários do Bolsa Família e, sugeriu seja aplicada isenção de tarifa em um ou dois domingos, por mês. O conselheiro **Wanderley Paganini** afirmou que a conjugação de gestão pública e iniciativa privada poderá garantir melhores resultados que a possibilidade de haver subutilização e deterioração de recursos e, concordou com as colocações expostas pelo conselheiro Marcos Assumpção. A conselheira **Violeta Kubrusly** parabenizou a SIMA pelo trabalho de excelência apresentou, contudo, as dúvidas que remanesçam sobre a segurança, salvamento e controle do número de visitantes, para as quais solicitou fosse dedicada melhor ênfase. Passou-se aos esclarecimentos. O conselheiro **Rodrigo Levkovicz** agradeceu as contribuições ofertadas pelos conselheiros e ao apoio e incentivo recebidos de Marcos Penido, Secretário da SIMA e do Subsecretário, Eduardo Trani, essenciais à condução e êxito dos trabalhos. Em resposta aos conselheiros, esclareceu que o contrato de concessão será monitorado pela comissão específica que acompanha e controla todos os contratos de concessão da SIMA, constituída paritariamente por membros da SIMA e FF. Informou que a responsabilidade pela segurança das áreas de uso público concedidas caberá ao concessionário que deverá instituir um sistema de gestão de segurança que atenda aos critérios estipulados em normas específicas da ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas. Enfatizou que, de acordo com as obrigações contratuais, caberá ao concessionário a prestação de serviços de primeiros socorros, inclusive em eventuais resgates. Afirmou que, embora a Resolução SC nº 40/85 já estivesse indicada em outro item da minuta do Edital, a solicitação do conselheiro Marcos Assumpção seria atendida. **Rodrigo Levkovicz** informou que teve a honra de compor o CONDEPHAAT, motivo pelo qual conhece profundamente a qualidade e excelência profissional dos técnicos do UPPH - Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico, braço técnico e executivo desse conselho, do qual a conselheira Valéria Rossi também é membro. Esclareceu que a atual portaria do DER, embora proíba eventos e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

circulação de veículos em estradas de trechos de serra, não contextualiza a situação das estradas-parque, nas quais não é permitido o tráfego de veículos. Sendo assim, explicou que a futura Resolução conjunta SIMA/SLT não acrescentará nada de inédito e servirá tão somente para esclarecer que a citada portaria não se aplica à concessão em tela, conferindo segurança jurídica aos visitantes, concessionária e poder público. Quanto à participação dos municípios envolvidos, informou que o projeto foi aprovado pelo conselho da UC, do qual integram membros representantes de Cubatão e São Bernardo. O município de Santo André, por sua vez, contou com a possibilidade de participar das reuniões públicas do conselho gestor da UC e, da Audiência Pública que também oportuniza o encaminhamento de contribuições, inclusive após sua realização, também por *e-mail*. Frisou que a participação foi ampla e possibilitou a participação dos municípios, cidadãos e membros de entidades interessadas, além da apreciação da proposta pelo CONSEMA. Quanto à política tarifária, especificamente sobre a isenção trimestral, esclareceu que essa condição será concedida a estudantes de escola pública acompanhados pelos pais, e que os passeios promovidos por escolas públicas terão isenção de tarifa, independentemente do dia da semana. Reiterou que os beneficiários do Bolsa Família ou de programa de renda equivalente também foram incluídos nessa política de isenção de tarifas, que é inédita no Brasil. Informou que, embora o Caminhos do Mar seja um atrativo com capacidade de receber o grande público, garantiu que a visitação será continuamente controlada e todo o trajeto para conhecer os monumentos será percorrido à pé e, sendo assim, enfatizou que a capacidade de suporte da atividade encontra-se principalmente atrelada à capacidade operacional, observando ainda o programa de monitoramento de impactos ambientais, de acordo com os critérios e diretrizes da SIMA. Passou-se às tréplicas. A conselheira **Anna Carolina** informou que a PGE se dispunha a incluir a norma de tombamento da Serra do Mar, conforme previamente esclarecido. Reiterou que as obrigações do concessionário e respectivas penalidades encontram-se descritas no contrato de concessão. Destacou que o monitoramento da execução das cláusulas contratuais será acompanhado pela comissão de concessões da SIMA, ao mesmo tempo em que será fiscalizado o cumprimento das legislações e normas ambientais incidentes. Reiterou que a citada Resolução Conjunta SIMA-SLT objetiva esclarecer o uso de estradas-parque e completou que a submissão da minuta da resolução aos órgãos competentes seguirá os trâmites legais. O conselheiro **Rodrigo Garcia**, embora tenha compreendido o objetivo da Resolução Conjunta SIMA-SLT, sugeriu que a minuta, assim que finalizada, seja encaminhada aos conselheiros, com um prazo para contribuições, previamente à publicação do edital. O conselheiro **Simão** questionou se a cláusula pertinente à segurança inclui descrição da assistência à saúde a ser disponibilizada. Sugeriu que o Consórcio Municipal do ABC seja convidado oficialmente para representar os municípios na comissão de acompanhamento da concessão. O conselheiro **Claudio Scalli** afirmou que, embora fosse boa a sugestão de incluir o Consórcio do ABC, ela não abarcaria todos os sete municípios que compõem a região. Ao considerar a impossibilidade de todos os prefeitos e/ou secretários do ABC comparecerem, concomitantemente, à Audiência Pública, sugeriu a formalização de consulta institucional aos municípios. Quanto à política de tarifas, reafirmou considerar ainda muito pouco a periodicidade proposta de isenção de tarifas para a comunidade de baixa renda, defendendo a isenção de uma a duas vezes ao mês. O conselheiro **Marcos Assumpção**, referindo-se à exitosa experiência específica de um grupo do qual participam representantes do CONPRESP, CONDEPHAAT e IPHAN, sugeriu faç parte do grupo gestor da concessão, de representante do CONDEPHAT, de forma a conferir a celeridade necessária as decisões. O conselheiro **Rodrigo Levkovicz** esclareceu que os trabalhos desenvolvidos no grupo gestor da concessão envolviam a prática de auditoria sendo, portanto, essencialmente burocrático e administrativo, considerando que a participação e integração com o CONDEPHAAT seria mais importante com relação aos debates técnicos. **Eduardo Trani**, Presidente em exercício, esclareceu aos conselheiros que o conselho gestor da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

concessão, sentido *stricto sensu*, possui caráter essencialmente executivo, composição limitada e atribuições bem específicas, portanto, com propósitos diferentes das outras instâncias de consulta pública, de participação ampliada, tais como, CONDEPHAAT e Consórcio do ABC. De toda forma, ratificou a importância de o Estado promover discussões contínuas com a sociedade, para recepcionar sugestões e contribuições. O **Presidente em exercício** acatou a sugestão apresentada pelo conselheiro Rodrigo Garcia de que, tão logo as resoluções estejam minutadas, serão encaminhadas para oitiva dos conselheiros a parte, com um prazo para eventuais propostas. O conselheiro **Rodrigo Levkovicz** reiterou que os municípios de Cubatão e São Bernardo do Campo são membros do Conselho Gestor da UC, portanto, participaram do projeto, e o município de Santo André, não só por meio dos seus municíipes, mas pelos órgãos institucionais da Prefeitura, se manifestaram na Audiência Pública, de forma bastante adequada e trazendo melhorias ao processo. Passou a palavra para o Diretor Técnico da Fundação Florestal **Diego Hernandes** para os esclarecimentos das questões sobre a segurança dos atrativos. Este esclareceu que as operações de busca e salvamento na Serra do Mar continuarão sob a responsabilidade do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil dos municípios e do Estado, por serem exímios convededores das técnicas de resgate, principalmente, para os locais de difícil acesso existentes na região. Caberá à concessionária a responsabilidade de implantar o Sistema de Gestão de Segurança da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, que envolve um conjunto de normativas que trazem procedimentos específicos de segurança. Com a implantação desses sistemas haverá uma redução na ocorrência e gravidade de acidentes. Em resposta ao conselheiro Simão, o conselheiro **Rodrigo Levkovicz** esclareceu que caberá à concessionária a responsabilidade de fornecer e manter a infraestrutura e número adequado de profissionais de saúde para os serviços necessários de primeiros-socorros. Colocado em votação o “**Projeto de Concessão de Uso do Caminhos do Mar, no Núcleo Itutinga-Pilões do Parque Estadual Serra do Mar**”, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo foi aprovado por 30 (trinta) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 04 (quatro) abstenções, dando origem à decisão: “**Deliberação CONSEMA nº 07/2020. De 27 de maio de 2020. 388ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Aprova o Projeto de Concessão de Uso do Caminhos do Mar, no Núcleo Itutinga-Pilões do Parque Estadual Serra do Mar. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Aprova o Projeto de Concessão de Uso do Caminhos do Mar, no Núcleo Itutinga-Pilões do Parque Estadual Serra do Mar, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Proc. SIMA.008313/2020-02).**” O conselheiro **Claudio Scalli** justificou ter se abstido pela existência de registro apenas da manifestação funcional da Prefeitura de Cubatão e não das Prefeituras de Santo André e São Bernardo. O conselheiro **Simão** declarou seu voto favorável à proposta por considerá-la ótima e, a despeito de concordar com a posição do conselheiro Claudio Scalli, ponderou que a fase foi superada. Ao votar, afirmou que também considerou a ideia de se instituir um conselho, sem caráter administrativo, para discutir os eventuais problemas do parque que, inevitavelmente desembocarão nos municípios. O **Presidente em exercício** esclareceu ao conselheiro Simão que não será instituído mais um conselho gestor específico, pelo contrário, a SIMA e o conselho gestor farão consultas aos conselhos existentes na região, tais como, o Consórcio do ABC, estimulando dessa forma a participação regional. Passou-se ao último ponto da Ordem do Dia, a “**Apresentação da Política Energética do Estado de São Paulo e as ações da SIMA no contexto de transição para as energias renováveis.**” O responsável pela área de petróleo, gás e biocombustíveis da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, **Ricardo Cantarani** agradeceu ao Presidente do CONSEMA em exercício, Eduardo Trani e ao Secretário-Executivo do CONSEMA pelo honroso convite e importante



oportunidade de expor o tema. Inicialmente, por meio da projeção de gráficos e figuras apresentou dados da Agência Internacional de Energia - IEA (2018) sobre o crescimento da demanda mundial de energia, no período de 2017-2040, para fontes renováveis e nuclear; gás, óleo e carvão, em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Enfatizou que esses dados evidenciam o crescimento sensível crescimento no consumo de energias limpas como transição para economia de baixo carbono, a tendência de eletrificação de veículos, além de substituição do carvão para geração de energia nos países em desenvolvimento. Informou sobre a substituição de usinas nucleares nas economias desenvolvidas, principalmente na Alemanha e apresentou exemplos e correlações de ganhos energéticos na integração de serviços. Ofertou dados sobre o crescimento da capacidade energética mundial adicionada, em 2018, liderada pela energia solar (102 GW), seguida pela eólica (49 GW), carvão (50 GW), gás (46 GW), hidrelétrica (21 GW), outras renováveis (7 GW) e nuclear (5 GW). Discorreu sobre o contexto geral e as políticas norteadoras (ODS, COP 21, Acordo de Paris) que impulsionam a adoção da economia global de baixo carbono e os reflexos na redução de emissões locais e globais, que associados às incertezas decorrentes da oscilação dos preços do petróleo combinada com as ameaças geopolíticas tem como foco a segurança energética. Dissertou sobre as características da matriz energética renovável do Mundo, em 2017 (13,8%) comparando-a com a matrizes energéticas brasileira (45,3%) e paulista (59,9%), em 2018. Observou que a predomínio da matriz renovável no Estado de São Paulo deve-se especialmente ao uso de produtos derivados da cana-de-açúcar (etanol, caldo de açúcar, melaço, bagaço) e das energias hidrelétrica, eólica e solar. Destacou que o Estado de São Paulo é o maior produtor de etanol e o segundo maior produtor de gás do país. Por sua vez, a participação do gás natural na matriz mundial (22,2%) é quase três vezes maior que do Estado de São Paulo (8,5%). No contexto das mudanças tecnológicas no uso da energia elétrica destacou os seguintes pontos: (i) Novas Funcionalidades: Medição contínua, Redes coletoras de geração distribuída; (ii) Novos Produtos: Energia elétrica sob demanda, Baterias de alto desempenho, Carregadores sem fio; (iii) Preocupação com o descarte ambientalmente adequado das baterias; (iv) Redes Inteligentes: Ilhas autônomas de energia elétrica, Carro elétrico, Autoprodução de energia elétrica (mini e microgeração distribuída); (v) Oportunidade para de expansão da energia Solar Fotovoltaica; (vi) Resoluções ANEEL 482/2012 e 687/2015: possibilidade de geração distribuída por consumidores residenciais e comerciais. Destacou que as diretrizes energéticas do Estado têm seus principais focos a segurança energética, eficiência e sustentabilidade e apoio às fontes de energia mais limpas, na ótica de diversificação da matriz. Este apoio, por sua vez, encontra-se centrado em: Gás Natural (combustível da transição para economia de baixo carbono e energia firme para a intermitênciadas renováveis); Estímulo ao aumento da participação das energias renováveis (Biomassa, Solar Fotovoltaica, Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e Resíduos Sólidos); Projetos conjugados de eficiência energética e geração de energia renovável (Escolas, Hospitais, dentre outros) e; no Estudo do BID, recém concluído sobre a implantação de energia solar fotovoltaica em prédios públicos. Com auxílio da projeção de mapas, informou sobre a produção e expansão energética e dos sistemas de integração e transporte de combustíveis no Estado para biomassa (cana de açúcar e florestal) e biometano (integração com o setor sucroalcooleiro). Discorreu sobre a tendência mundial de expansão solar, 2019-2023, indicando as posições de liderança ocupadas pela China (237 GW); Índia (88,8 GW); Estados Unidos (70,3 GW); Austrália (32,7 GW) e Alemanha (26,7 GW). Nesse contexto, o Brasil ocupa a 13º posição (10,2 GW), com crescimento de 40% a.a., no período considerado. Na sequência, apresentou o potencial energético solar no Estado de São Paulo e informou que operam no Estado, 12 usinas solares, que somadas, produzem 151,2 MW de energia, com potencial adicional de 9,1 GW_{pico}. Destacou a usina fotovoltaica flutuante experimental de 100 KWp (Projeto EMAE - SUNLUTION/KWP e BYD) que foi instalada no Reservatório Billings e produziu 346,68 kWh, no período de 03 a 17 de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

abril/2020, acima do estimado. Ofertou dados sobre o potencial hidrelétrico do Estado que totaliza 3.947 MW, em mais de dois mil aproveitamentos, dentre os quais, mencionou PCHs (2.059 MW), CGH e UHE (1.888 MW). Destacou que o Estado importa 40% da energia que consome de outros estados, tendo em vista, possuir o parque industrial mais desenvolvido do país. Com auxílio da projeção de figura, apresentou os cenários de redução das emissões globais de CO₂ sob a ótica da adoção de novas políticas energéticas e de desenvolvimento sustentável. Apresentou as atuações do Governo frente ao setor produtivo para promover o reaproveitamento do biogás/biometano (setor sucroalcooleiro, Citrosuco e SABESP em Franca e, outras iniciativas ligadas a produção de gás, em SBC e da concessionária de distribuição de gás da região noroeste do Estado, GasBrasiliense). Na sequência, com auxílio da projeção de gráfico, apresentou a expressiva redução das emissões de poluentes locais, particularmente CO, com o aumento do consumo de etanol no Estado, no período de 2006 a 2017. Resumiu as principais ações de eficiência energética nos seguintes campos de atuação: Políticas de Incentivo (biomassa, solar fotovoltaica e resíduos sólidos); Políticas de Eficiência em Edificações (iluminação LED, sensores, cogeração; iniciativas no Hospital das Clínicas e Instituto Butantan; iniciativas Governamentais (SABESP); padrões de aplicação energética; geração distribuída e redução das emissões de CO₂ e mudanças climáticas. Discorreu sobre o Programa Estadual de Resíduos Sólidos da SIMA – PREVERS que inclui a valorização energética de resíduos por meio, principalmente, da parceria com as distribuidoras de energia elétrica do Estado. Destacou o licenciamento de UREs e o apoio à formação de consórcios para promover a operação em escala de geração de energia a partir de resíduos. Apresentou o número de plantas de *Waste-to-Energy* implantados na Europa, com capacidade total de tratamento térmico de 96 milhões toneladas de resíduos/ano, aproximadamente. Informou sobre a Portaria Ministério de Minas e Energia - MME nº 65/2018 que determina os Valores de Referência Específicos – VRES para aquisição de energia pelas distribuidoras de diversas fontes, com valor máximo estipulado em R\$ 561/MWh para resíduos sólidos, destacando, no entanto, que os valores viáveis estão na faixa de R\$ 250,00 a R\$ 300,00/MWh. Por derradeiro, reiterou que o Governo apoia a formação de consórcios e relembrou o recente evento promovido pelo Comitê de Integração de Resíduos Sólidos - CIRS, que contou com a participação das prefeituras, para tratar de programas e parcerias. Passou-se a discussão. O conselheiro **Claudio Scalli** parabenizou Ricardo Cantarani e toda a equipe da SIMA pelo excelente trabalho. Disse que o crescimento da participação das energias renováveis na matriz energética nem sempre depende de recurso financeiros, mas sim do empenho governamental. Nesse sentido, exemplificou, que a oferta de energia poderia elevar, em muito, aumentando a capacidade operacional das inúmeras PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) existentes em municípios do Vale do Paraíba. Enfatizou que embora essa alternativa não implique em aumento das áreas ocupadas, supressão da vegetação e demais aspectos ambientais, as licenças encontram-se em tramitação, há anos, motivo pelo qual a ANEEL não autoriza a reforma/operação dessas PCHs. Por esse motivo, sugeriu que o Comitê discuta a possibilidade de agilizar o processo, adequando os procedimentos de licenciamento dessas ampliações, menos complexas que não requerem supressão de vegetação, nem a apresentação de EIA/RIMA. A conselheira **Martha Moraes** parabenizou pela apresentação que considerou bastante completa e recomendou a todos o documentário “Planeta dos Humanos” pelas reflexões que provoca no campo das energias renováveis que mantém estreita relação com os atuais padrões de consumo. Sugeriu que seja incluído nos projetos de energias renováveis, a ótica da redução dos padrões de consumo, em prol de uma evolução ainda mais efetiva nesse campo. O conselheiro **Paulo Nelson** questionou a situação atual da regulamentação da revenda dos excedentes de energia pelas pessoas físicas e sobre a conversão de energia provenientes de resíduos sólidos. O **Secretário-Executivo** informou que as apresentações realizadas são disponibilizadas na página eletrônica do CONSEMA. O conselheiro **Wanderley Paganini**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

parabenizou Ricardo Cantarani pelo seu poder de síntese e, na sequência, informou algumas ações da SABESP na área de energias renováveis dentre as quais: a implantação de algumas PCHs, implementação do Programa de ETE Sustentável de geração de energia, a partir do esgoto e, implantação de instalações de células fotovoltaicas em 30 estações de tratamento, com capacidade de gerar toda a energia consumida pela empresa. Passou-se aos esclarecimentos. **Ricardo Cantarani** agradeceu a importante complementação oferecida pelo conselheiro Wanderlei Paganini, pois, sendo a SABESP um grande consumidor livre de energia todas as ações de redução de custos são muito importantes para os negócios da empresa. Informou que a SIMA está estruturando um programa mais amplo de eficiência energética que envolve o estabelecimento de padrões de consumo para diversas unidades do Estado, uma vez que a segurança energética é um tema prioritário, principalmente para a área da saúde, por exemplo. Detalhou que esse programa envolve o emprego de lâmpadas LED; implantação de painéis solares fotovoltaicos e a normatização de procedimentos para a redução do consumo de energia nos mais de 16 mil equipamentos públicos; mudança de hábitos de consumo e consumo inteligente de energia. A expectativa é conseguir, ainda nessa gestão, a redução do consumo de energia de 20 a 30%, com significativa redução de dispêndio. Esclareceu que a ANEEL regulamenta a atividade de revenda dos excedentes de energia dos consumidores pessoa física, por meio de regulamentação específica, que é periodicamente revista. Nesse processo, esclareceu que o consumidor, pessoa física, pode compensar KW/h, em até 60 meses, dentro da mesma área de concessão da distribuidora. Ofertou informações sobre os critérios para compensação de energia excedente para o consumidor jurídico. Informou que no Fórum Nacional de Secretários de Estado de Minas e Energia - FNSEME, presidido pelo Secretário Marcos Penido, as políticas energéticas são permanentemente discutidas. Quanto à geração de energia a partir do tratamento de resíduos, mencionou as diversas iniciativas realizadas pela Valoriza em Santos; Lara e FOX Haztec, em Barueri e informou sobre as parcerias com o Consulado Britânico e da Suécia que envolvem a destinação de fundos para estudos do potencial de produção de biogás e biometano, inclusive em aterros. Detalhou que o projeto com o Consulado Britânico no âmbito do Prosperity Fund envolve a adequação das condições de um aterro por meio da implantação de novas rotas tecnológicas e operação consorciada. Destacou o trabalho integrado e coeso das unidades da SIMA, Sabesp e da Cetesb envolvidas na avaliação do potencial de geração de biogás a partir da biomassa de cana-de-açúcar, vinhaça, lodo de estações de tratamento de esgoto e resíduos sólidos. Informou sobre o trabalho frente às distribuidoras de gás para estimular a compra do biometano de diversas origens, desde que atendidas as especificações de qualidade estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Encerrada as discussões, o conselheiro **Domenico Tremaroli** referindo-se ao ponto remanescente do Expediente Preliminar, informou ao conselheiro Paulo Nelson, que a Decisão de Diretoria Cetesb nº 50/2020 delibera sobre a suspensão dos prazos administrativos no âmbito da Cetesb, no período de 15.05.2020 a 29.05.2020 e que a mesma está disponível na página eletrônica da Cetesb. Em tempo, esclareceu que as micro usinas de energia do Vale do Paraíba, mencionadas pelo conselheiro Claudio Scalli, foram implantadas no período de 1910-1920, são tombadas pelo Patrimônio Histórico e continuam em operação. Informou que a Cetesb está alinhando com a ANEEL o entendimento sobre o processo de regularização do licenciamento dessas usinas preexistentes à legislação. Acrescentou tratar-se de um processo essencialmente administrativo que depende da convocação da Cetesb, e a paralização das operações de geração e comercialização de energia por esses empreendimentos não é necessária pois as condições ambientais dos locais instalados não foram alteradas. O Presidente, do CONSEMA em exercício **Eduardo Trani**, em nome do Secretário Marcos Penido, agradeceu a participação dos conselheiros. Comemorou os quórums expressivos das três últimas Plenárias, com quase totalidade dos membros. Enfatizou que a concessão do Caminhos do Mar pertence ao território



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

mais estratégico do Estado de São Paulo, a Serra do Mar, que detêm 500 anos de História. Enfatizou que o Caminho do Mar, construído à época da Semana de Arte Moderna de 1922 terá seu bicentenário comemorado, em 2022. Parabenizou a assessora da SIMA, Roberta Buendia pela intensa dedicação aos trabalhos das concessões e ressaltou a excelente participação da Fundação Florestal. Ao final, agradeceu a Ricardo Cantarani pela apresentação da Política Energética do Estado, que é acompanhada na SIMA pelo Subsecretário de Infraestrutura, Gláucio Penna. Afirmou que a temática energética e o emprego de resíduos sólidos para a geração de energia são amplamente tratados em seminários promovidos pela SIMA, inclusive, o mais recente deles, abordou o coprocessamento em CDRs e a produção de combustíveis derivados de resíduos e contou com 500 participantes, *on line*. Antecipou que as temáticas relacionadas à implantação de parques, proteção da biodiversidade da Serra do Mar e energias renováveis, continuarão a ser trabalhadas intensamente pela SIMA, nos próximos meses. Despediu-se, desejando muita saúde a todos e recomendou a manutenção do firme isolamento social, durante esse período de pandemia. Nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos. Eu, **Anselmo Guimarães**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.